



Revista

Em Favor de Igualdade Racial

ISSN: 2595-4911

v. 2, n. 1, (Ago - Jan) 2019

DESVELANDO O PRECONCEITO RACIAL NO ENSINO INFANTIL

Francisca Lopes Pessoa ¹

Francisco Raimundo Aves Neto ²

RESUMO

Este artigo relata experiência vivenciada em uma escola infantil, na qual dois sujeitos infantis, ambos com quatro anos de idade, vivem o sofrimento da não aceitação da cor da pele, baseado no preconceito racial. O presente texto refere-se como a não aceitação do outro interfere no desenvolvimento social, emocional e afetivo em pleno desabrochar dos conhecimentos de mundo e aceitação de valores culturais e étnico-raciais. Os procedimentos metodológicos basearam-se em um levantamento da bibliografia especializada: livros, artigos e também na experiência de práticas em sala de aula. Para identificar o entendimento entre as crianças da aceitação de todos em grupo, foram observadas as interações durante as aulas e as mudanças de atitudes na formação das rodinhas, dos grupos menores com colaborações harmoniosas e parcerias, no desenvolvimento das ações desenvolvidas de músicas, brincadeiras, jogos e contação de histórias. O marco teórico fundamenta-se nos autores: Cavalleiro (2012), Munanga (2005) e Hall (2004). O estudo conclui-se com proposições observatórias para um trabalho pedagógico visando o combate ao preconceito racial no ensino infantil pelo desvelamento, inserindo valores atitudinais na etapa inicial da educação básica, na formação de uma consciência cidadã para aceitação da diversidade humana.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo. Intolerância. Medo. Incertezas infantis.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho relata observações pedagógicas que desvelam o preconceito racial no ensino infantil, a resistência e a falta de conhecimento para instruir as crianças que trazem da vivência do lar tal preconceito para o âmbito escolar, o que torna a escola omissa, conivente e promotora da perpetuação discriminatória do racismo.

O preconceito racial, disseminado ao longo dos séculos, baseado nas teorias insanas do branqueamento humano, estudos doentios que ferem a humanidade até os dias

¹Especialista em políticas de promoção de igualdade racial na escola, UFAC (2015), Professora da Educação Municipal de Brasília-AC. E-mail: kinha1pessoa@gmail.com

²Doutor em Educação pela UFMG, Professor do Adjunto do CCJSA da UFAC. E-mail: alvesnetoadvac@gmail.com

atuais, os sofrimentos e as barbáries impostas aos negros, pode representar um crime irreparável, de alta periculosidade e um ato de monstrosidade. Uma sociedade dotada de hábitos culturais que ferem os direitos preconizados da constituição vigente de *inferiorização* da população negra por negar a cor da essência do início da ascendência humana. O desconhecimento ou a não aceitação do outro pela cor da pele, faz com que embranqueça ou a torne invisível.

O preconceito racial foi, por vezes, instituído pela literatura, alastrando e contaminando todos os seguimentos culturais e sociais da humanidade. O fanatismo da *superiorização* de cor branca como símbolo da pureza, induz que sejamos preconceituosos, mesmo munidos de conhecimentos. A civilização brasileira possui hábitos errôneos que difamam, destroem e discriminam o ser pela cor da pele, isso pode ser observado expressamente em letras das músicas, ditos populares, versos, brincadeiras, histórias e contos clássicos.

A crueldade preconceituosa faz sofrer até inocentes infantis, essa inicia paulatinamente seus conhecimentos de mundo, por razões habituais de inibir ou controlar a criança, fazendo sentir medo do escuro, referir tudo o que for ruim e pejorativo como escuro ou preto. A criança que é vítima de uma educação familiar assim, sofre profundamente de uma *terrorização* traumática que não consegue olhar ao seu semelhante pelo fato da pele ser da cor preta.

O artigo foi fundamentado nos estudos dos autores Oliveira (2007) sobre o preconceito e estereótipos; Cavalleiro (2001) e Munanga (2005) que discutem sobre racismo na escola, entre outros autores que desenvolvem estudo sobre essa temática e que nos auxiliam na construção da pesquisa com suas reflexões e contribuições teóricas.

A escola tem um currículo organizado pelos apontamentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais e as inovações decorrente da Lei 10.639 de 2003. Sendo assim, é notório que não basta inserção no currículo, mas também, a aceitação do alunado que diferem-se em afinidades, gostos e afetividade dos funcionários da instituição de ensino.

Vivenciando em sala de aula uma relação de não aceitação dolorosa entre duas crianças do sexo feminino, com quatro anos de idade, de um lado uma criança negra e de outro uma criança de pele mais clara.

A criança negra iniciou os estudos na semana de abertura do ano letivo, ela me chamou a atenção por ter uma pele bem escura, a mais preta da família, seu semblante me passava a impressão de que estava apavorada com o desafio de sair de um convívio familiar para o convívio escolar, chorava quando chegava à escola. Eu percebia que era por medo da não aceitação, mas fui aos poucos conseguindo fazer com que me olhasse nos olhos, pois não aceitava que tocasse em suas mãos, a mãe sempre com a voz firme e muito séria dizia “Não chore! Fica e pronto!”.

Sempre recebi a criança com muita atenção, com palavras carinhosas, de maneira que fui ganhando a atenção, confiança e amizade dela. Na semana seguinte, ela ficava chorando ainda, no entanto, menos apavorada no meu colo, também percebi que sua mãe começou a chegar mais alegre e que falava com a filha carinhosamente para ela ficar na sala.

Nesse período, chegou uma nova colega que não aceitava ficar na sala de aula, utilizava suas forças, agressividades, gritos, vômitos de tanta exaustão de um não querer ficar na sala. Essa fazia pedidos abrasivos, de doer o coração, para não ficar na escola, levava mais de uma hora para que parasse com os gritos, mas logo saía para os corredores e pedia por tudo que a deixassem sair da sala de aula. As outras crianças ficavam olhando, umas tentavam ajudar, outras tapavam os ouvidos com os dedos.

Era marcante seu olhar fixo de pavor da colega negra e a mesma se aproximava e pedia carinhosamente: “Não chora bebê!”, tocando em seu rosto. O desespero causava-me agonia. Era como se tivesse sendo engolida por um monstro, como a turma era numerosa ela já havia dito à mãe que não queria continuar na sala, gostava da professora, dos colegas, só não queria ficar na sala pois tinha medo da colega que a havia arranhado. Conversei com a aluna negra e a mesma disse que jamais havia feito tal coisa, disse que pediu carinhosamente para ela não ir para a outra sala.

Por esse motivo, a garota de pele clara foi transferida para outra turma, no entanto, continua com muito medo da menina negra, não comentei nada com a professora



Revista

Em Favor de Igualdade Racial

ISSN: 2595-4911

v. 2, n. 1, (Ago - Jan) 2019

dela, mas a mesma percebeu que ela corria e segurava nas suas mãos apavorada quando via a colega, mesmo de longe e comentou comigo que ela também tem medo de uma outra colega de cor preta.

A aluna passa no corredor e eleva a cabeça para ver se a colega está na sala e quando a ver, retorna apavorada e a menina negra sempre vai ao seu encontro com muito carinho, querendo a amizade daquela que tem pavor. Já conversei muito com a aluna sobre o porquê de a colega não brincar com ela e ter medo dela, essa riu e sempre falou: “Não fiz nada com ela!”.

Acredito que a referida aluna não tenha percebido que a colega tem medo por ela ser negra. Já na turma em que a menina negra estuda, há interação entre ela e os colegas, não mencionando nada relacionado à cor da pele. Em minha turma, as crianças estão construindo seu conhecimento de mundo e são muitas observadoras e curiosas, por este motivo, sempre a tratei como princesa linda, carinhosamente, como todas as crianças. Tenho cuidado com as falas, valorizando a cor preta em todas as áreas do ensino. Em pouco tempo eles também começam agir, aceitar e defender em suas conversas.

O maior desafio é com a aluna que saiu da sala, conversei com a mãe dessa, mas a mesma não acredita que a filha tenha medo pela cor e sim porque a filha foi agredida com arranhões de unhas, pois a mesma tem boa convivência com os primos, parentes mais escuros da família. Fiz muitas indagações pois a aluna que saiu da sala tem medo de uma outra colega de uma turma distinta, também negra, que nunca se aproximou dela. Ademais, as crianças sempre se agredem nessa idade com mordidas e arranhões quando são contrariadas pelos colegas. Isso é uma forma de defesa ou defender o que não quer compartilhar, todavia, logo a amizade retorna, como se nada tivesse acontecido.

Como a menina de pele mais clara está em outra turma, não tenho como ajudar de forma mais insistente e diária. Ela fala comigo com pressa, seu sorriso é distante, me preocupa que essa aceitação do ser negro para ela, seja demorada e que o sofrimento de medo e pavor permaneça causando sofrimento por um longo tempo. Situação que não esperava vivenciar, pois sempre direciono as conversas para que a criança negra não sofra rejeições pela sua cor.

O desenvolvimento da aluna negra é pleno em todo campo do ensino, no início, como já citei, minha aluna tinha medo da rejeição e também tinha dificuldades de aprendizado. Ela foi escolhida pelos colegas para apresentação de uma encenação da música Borboletinha, no projeto da Secretaria de Educação do município. As duas alunas escolhidas foram por terem melhor encenado a música e são negras. A felicidade das famílias foi contagiante, sabemos que os alunos escolhidos para apresentações em todas as turmas são os filhos dos amigos que têm um poder aquisitivo melhor ou os de estereótipo ditos como bonitos.

Minhas observações são diárias com a mesma, ela é cuidadosa para não passar perto da colega, logo procura um adulto para pegar na mão, e todos dizem “Não professora, o medo não é da cor da colega, é devido aos arranhões que levou!”, é impossível calcular quantos arranhões leva uma criança durante o ano letivo, durante as brincadeiras e atritos, mesmo assim, as relações continuam com a mesma harmonização. O negar o preconceito racial é a melhor opção. As poucas vezes que minha aluna falta, a menina da outra turma fica à vontade, brinca, sorri no espaço escolar.

É entristecedor o que uma criança sofre pela existência da outra na escola, e a outra sofre por não ter aceita sua amizade, mas as buscas são insistentes, a amizade da colega de ir ao encontro dando carinho e palavras afetivas, não é aceita. A menina de pele mais clara nunca falou palavra para maltratar, não fala nada, só fica apavorada e chora.

Um dia estávamos no parque com as duas turmas, então percebi que a procura da minha aluna pela colega de pele clara foi imediata, todavia, logo que se aproximou da menina e eu sorri para ela, a mesma parou com a tentativa de conversar com a colega e eu perguntei: “O que houve? Pois minha aluna parou a tentativa de comunicação assim que eu olhei e vi a insistência dela?”. A professora falou: “Então você não sabe? Os funcionários da secretaria e da direção proibem a menina de pele escura de falar com a menina de pele mais clara porque essa foi muito má com a colega. Não fale nada por favor, não quero confusão na escola. Eu a deixo adentrar e falar com a outra, mas eles mandam a menina negra sair e dizem sempre não é para ela ficar *atrás* da colega, pois a menina de pele mais clara tem medo”.

Por causa dessa conversa, fiz a seguinte sugestão: “Querida vamos fazer então o possível para que as meninas se tornem amigas até o final do ano, afinal, é nosso dever promover a socialização de uma boa convivência entre as crianças. Já que não quer que eu converse sobre essas atitudes inadequadas das colegas funcionárias”.

Aproveitei a situação para dizer para a outra professora minha percepção de que ela é uma pessoa de pouco diálogo com os alunos, no entanto, é preciso insistir com esse grande desafio.

Para mim foi o dia mais triste que vivi na escola. A instituição deve ser a grande mentora da socialização, mas proíbe a criança de conversar com a outra. Conversei com o colega responsável pela educação inclusiva da escola que também me confirmou o que a professora havia me falado e revelou-me outros acontecimentos inadequados de intervenção com as crianças na tentativa de orientá-los de atitudes não aceitável entre as mesmas. Prontificou-se em nos ajudar para que a aluna aceite a amizade da outra, sei que não será fácil, mas jamais desistiremos, para que tenhamos êxito na aproximação harmoniosa entre elas, e extinguir com os sofrimentos do medo e da falta da amizade ou da aceitação da colega.

Segundo Ortiz (2005), o preconceito está presente na escola, já nas séries iniciais, a falta de materiais que tragam imagens positivas do negro, demonstra a discriminação sofrida pelas crianças. Muitas vezes o preconceito em sala de aula é omitido pelos próprios professores, que preferem se calar ao invés de discutir o assunto e propor alternativas para que ele seja erradicado.

Assim, a escola ajuda a manter esta situação, pois quando omite os preconceitos afirma não haver desigualdades entre os alunos. Sendo assim, não há mobilização por parte da instituição no sentido de conhecimentos e estudo para lidar e erradicar o preceito de discriminação étnico, ou mero descaso com os *sofrentes* negros da instituição.

Finalzinho do semestre, juntamos as turmas e percebi que as conversas já estão melhorando, minha aluna procurou a menina de pele mais clara, e essa não chorou, ficou um pouco no meu colo, momento no qual pedi que aceitasse a colega que gosta tanto dela. Disse-lhe que agindo de tal forma estava deixando o coração da colega triste por não ser amiga. A

menina não me falou nada, mas, pude perceber que aceitou o que eu falei e me ouviu calmamente. Foi a primeira vez que ficaram juntas sem ter choro e saída de desespero.

Estudando meios para descobrir os medos e as incertezas dos inocentes infantis com a cor preta e entender o não interesse pela cor, estrategicamente realizamos um jogo, com as cores. Nas duas turmas o resultado foi o mesmo, nenhum aluno escolheu uma bolinha preta, as falas foram determinantes: “Não as vimos, não gostamos, nos transmite medo”. Foi instigante pois as bolas pretas têm tamanhos maiores, mesmo assim foi negada sua visão, fato marcante para entender, o que não for bom, não deve ser tocado, permanecendo invisível.

Fomos nos aprofundando e descobrimos que os pais fazem medo para controlar a indisciplina dos filhos com a cor preta, como ficar no quarto com as luzes apagadas. E a velha cultura de associar tudo o que for mal, pejorativo, com a cor preta.

Pude perceber que os hábitos culturais de inferiorização da cor preta também se perpetua entre os colegas docentes. Um colega professor veio até a minha sala e pediu que eu permitisse que a criança que estava com ele pedisse desculpas a minha aluna por tê-la agredido na hora do lanche e me falou: “É uma criança que não pede desculpas, mas já havia conversado que se ele não pedir desculpas o coração dele deixará de ser vermelho e se tornará preto, pois ele bateu na colega”. Senti uma tristeza enorme pois sabia que a criança não tinha vindo pedir desculpar por ter se arrependido, mas sim, por medo do coração ficar preto, a cor do mal.

No final da aula falei para o professor que eu precisava muito conversar com ele, então falei: “Querido, sua atitude é louvável, porém a forma que a conduziu não foi certa, e perguntei se quando se referiu ao coração ficar preto, usava a metáfora por ser mau e ruim” ele disse: “Sim, nesse caso foi”. Então falei que o racismo é proveniente desses exemplos de desvalorização da cor preta, sempre colocando como terrorização do medo, do que é incerto.

A partir deste momento o professor pediu-me orientação: “Como devo falar para que os alunos se arrependam quando cometem atitudes agressivas?”. Respondi: “Querido, jamais use as cores para elevar positivamente e nem para inferiorizar. Utilize certo, errado, bom, mau, alegre, triste, cheio, vazio, virtuoso e murcho...” então, o mesmo me falou: “Agora

consigo entender o pavor da aluna que foi correndo até a minha sala e quando peguei em suas mãozinhas estavam geladas, ela estava com medo da colega!?”.

É explicitamente percebido que o medo da cor preta é proveniente de atitudes errôneas dos pais e mestres na tentativa de controlar as ações inadequadas cometidas pelas crianças. São necessárias mudanças no educar dessas, com valores atitudinais voltados para um crescimento sem medos, sem autoritarismos e sem a obrigação. Devem ser melhor explorados pelos pedagogos os limites, o respeito, a aceitação, o entendimento e o combinado.

Os professores têm um dever árduo de orientar, despertar interesse, obtenção da atenção, a confiança e a amizade. Para que os alunos compreendam os limites das interações, a necessidade do respeito, aceitação do outro que difere no comportamento e atitude, uma vez que o amadurecimento de entendimento recíproco dos combinados dentro do grupo é fundamental entre todos.

O objetivo desse trabalho é desvelar o preconceito racial implícito e existente no ensino infantil, e a forma como a escola continua sem dar importância à igualdade racial, compactuando com a velho mito da democracia racial e tenta de todas as formas ocultar os fatos, dando apoio sempre aos alunos de pele mais clara. Deixando a entender que é natural o sofrimento dos alunos de pele escura, como fosse da própria vivência deles a dor. Evidenciando que a presença deles é um incômodo. Desta forma, é notória a falta de afeto e diálogo com as crianças negras por muitos funcionários, são crianças menos assistidas em todos os aspectos da inclusão igualitária.

O racismo não só prejudica quem sofre, mas a todos presentes nas salas de aula de todo o país. A sua prática pode gerar conflitos, desunião, principalmente quando o(a) professor(a) não toma atitudes frente a esses fatos. A negação ou apatia dos educadores em procurar soluções para as situações preconceituosas entre as crianças, reforça os estereótipos e preconceitos (Ortiz, 2005).

Urge ações imediatas de formações continuadas, discussões e informações voltadas à aceitação afetiva e harmoniosa de todos os grupos étnicos no espaço escolar

A necessidade de reescrever a História nas diversas áreas do conhecimento é da extrema importância, principalmente para revogar o mito de que o Brasil, por ser um país de grande miscigenação, não tem problemas raciais, como sempre se observa por meios de educadores internacionais (CAVALHEIRO, 2001, p. 33).

Não são apenas as raças que nos fazem multiculturais, mas a raça, a cultura, a etnia e entre fatores que aqui existem, é preciso que o Brasil seja visto como todo, um país de culturas que não podem ser vividas dignamente.

O racismo é uma ação arraigada na escola e o mesmo não acabou até hoje, existem duas maneiras interligadas de racismo: o individual – que são apenas fingir que está tudo bem e prosseguir com aula.

A cultura não é apenas uma viagem de redescoberta, uma viagem de retorno. Não é uma “arqueologia”. A cultura é uma produção. Tem sua matéria-prima, seus recursos, seu “trabalho produtivo”. Depende de um conhecimento de tradição, enquanto “o mesmo em mutação”, e de um conjunto de efeito de genealogias. Mas o que esse “desvio através de seus passados” faz é nos capacitar, através da cultura, a nos modificarmos a nós mesmos, de novo, como novos tipos de sujeitos. Portanto, não é questão do que as tradições fazem de nós, mas daquilo que nós fazemos de nossas tradições (HALL, 2006, p. 43).

A escola tem os mecanismos de fornecer aos alunos condições para que as culturas sejam valorizadas, imbuída em desenvolver de forma séria a temática, com função de desfazer os equívocos cometidos historicamente. Portanto, se é verdadeiro que a política escolar visa preservar a organização políticas e econômicas vigentes através da sociedade, de modo que os resultados podem levar à contestação da ordem social, a sociedade política não é um bloco compacto e harmônico (LIBÂNEO, 1994, p.143).

A sociedade é dinâmica e está sempre em desenvolvimento, adquirindo e incorporando novos conhecimentos. Dessa forma, a identidade de um sujeito é continuamente transformada como afirma Hall, para tanto a escola é de extrema importância.

A diversidade cultural brasileira aborda muita complexidade, sendo necessária a valorização de todas as culturas para que o respeito à singularidade do próximo torne a sociedade um conjunto mais homogêneo e igualitário, tanto nos direitos quanto nos deveres.

Tratar da diversidade cultural, reconhecendo-a e valorizando-a e da superação das discriminações é atuar sobre um dos mecanismos de exclusão tarefa necessária, ainda que insuficiente, para caminhar na direção da sociedade mais plenamente democrática, é um imperativo do trabalho educativo, voltado para a cidadania, uma vez que tanto a desvalorização cultural – traço bem característico do país colonizado- quanto à discriminação são entraves à plenitude da cidadania par todos; por tudo, para a própria nação (BRASIL, 2000, p. 21).

A escola é um ambiente privilegiado para se iniciar o processo de conhecimento da diversidade cultural Brasileira e promoção de respeito a todas as diferenças decorrentes desta pluralidade, uma vez que é um espaço em que convivem crianças de várias etnias, classes sociais, crenças e culturas distintas; podendo direcionar o aprendizado ao respeito mútuo e o convívio democrático com a diferença.

Ainda assim, a escola não tem exercido com qualidade o seu papel de favorecer e proporcionar o convívio justo entre os que formam a população brasileira. Frequentemente vem repercutindo o preconceito de diversas formas, seja por meio de conteúdos indevidos ou por disseminação de privilégios de certas culturas. E ainda por se calar diante de situações que provoquem o preconceito a determinados alunos.

A desatenção à questão cultural tem sido instrumento que reforça e mantém a desigualdade social, levando a escola a atuar frequentemente, como mera transmissora de ideologias. Por outro lado, a injustiça socioeconômica se apoia em preconceitos e discriminações de caráter étnico-racial de tal forma que, muitas vezes, não é possível saber se a discriminação vem pelo fato étnico, pelo socioeconômico ou por ambos (BRASIL, 2000, p. 42).

O que caracteriza crimes contra os racistas são as agressões verbais e a não aceitação no espaço escolar. Isso vem sendo combatido com a popularização das leis vigentes que os obrigam ao respeito e a inclusão dos alunos negros nas instituições de ensino e a crescente política de promoção da igualdade racial. Mas ainda falta muito para se avançar no sentido da igualdade de tratamento, atenção e destaques dentro das ações e atividades



culturais desenvolvidas pelas escolas, ou seja, as injustiças continuam por fatores étnicos ou socioeconômicos.

Por outro lado, a perspectiva de um Brasil “de braços abertos” compôs-se no “mito da democracia racial”, segundo o qual mesmo aqueles que não tivessem integrado diretamente processos de miscigenação seriam igualmente aceitos e valorizados. Assim, discriminações praticadas com base em diferenças ficam ocultas sob o manto de uma igualdade que não se efetiva. O acobertamento de práticas discriminatórias empurrou para uma zona de sobrevivência do sofrimento e da exclusão, na sociedade em geral (BRASIL, 2000, p. 30).

[...]uma imagem de negro (“preto”) como um ser que “vale menos”, que tem “direito” a “menos”, que “é menos” do que aquele que não o é, uma imagem que permeia a relação entre os alunos e que configura formas de relação entre os alunos “não-pretos” e “pretos”.(OLIVEIRA,2007, p. 61).

É nítido no comportamento e atitudes dos adultos com relação ao acolhimento e atenção dos alunos que são bem-vindos e incluídos nos destaques de apresentações culturais típicas das escolas, entre os pretos, estão os de boa situação econômica e os não-pretos.

Somos assegurados por leis como a 9.459, de maio 1997 e a 7.716, de 5 de janeiro de 1989, as quais preconizam que é crime excluir e discriminar afro descendente. No entanto, há um avanço na diminuição da ilicitude discriminatória pois os xingamentos, brincadeiras e chacotas que desvalorizam o negro não são mais presenciadas por causa da ampla divulgação de tais leis e através de diálogos com muitos segmentos, desde 2015. Todos esses fatores melhoraram muito no respeito com os grupos de diferentes diversidades, mas o aceitar com a igualdade de afetividade e direitos está distante do desejo da equidade racial.

As crianças pobres e negras não têm a mesma atenção que as demais, sabemos que as mesmas deveriam ter uma atenção maior, por morarem nas periferias e serem expostas a vivenciarem todos tipos inadequados de violência e são acometidas a uma socialização não-cultural que empobrece os conhecimentos de mundo. Tornar um ser humano dotados de equidades de aceitação e afetividades com todos, é um desafio gigantesco de construção da sensibilidade de uma sociedade promotora da dignidade humana.

No mesmo espaço e tempo, é certo que as crianças em quase totalidade têm melhor aceitação entre elas, com harmonia e afetividade, sem superiorização, logo nos primeiros meses de aulas, quando é inserido positivamente a valorização igualitária de todos grupos étnico nas conversas, no conteúdo, nas histórias, nos jogos e nas brincadeiras.

Portanto, o trabalho conclui que a formação cultural, social e acadêmica, voltada para valorização da cor ariana, permanece vigente. E também que os seres ocupantes dos fazeres educacionais são protagonistas da continuação do preconceito racial com naturalidade de vivência que difere os sujeitos com privilégios distintos.

Todas as pessoas pertencentes as inúmeras diversidades do nosso país plural são ensinadas a valorizarem uma cor e desvalorizar outra, isso acontece em suas formações familiares e acadêmicas, nas quais estão incluídos os pais e educadores, os mesmos vivem as incertezas do não saber educar a criança para a aceitação do pluralismo étnico, como lidar com a dimensão do que é ou torna preconceito racial ou continuar com a permanente valorização do aprendizado cultural ariano. Somente após a sanção da lei 10.639 de 2003, há exatamente 14 anos, que inicia a valorização da igualdade racial na escola.

Com toda a temática em estudo e discussão é positiva as mudanças de mais respeito e tolerância dos diferentes grupos étnicos, já é um indicativo de avanço e melhoramento de mais tolerância racial dentro do espaço escolar. Os docentes têm um papel fundamental no sentido de preparar nossas crianças de forma epistemológica, tendo em vista que a escola é um espaço social privilegiado de construção do conhecimento e luta contra todo tipo de preconceito, especialmente o racial.

Esperamos que este pequeno avanço de convívios menos agressivas, imposto pela aceitação obrigatória, venha refletir futuramente para que tenhamos uma sociedade socialmente tolerável de vivências distintas dos diferentes grupos étnicos e socioeconômicos.

A situação de uma convivência pacífica e de respeito ainda não é confortável no Brasil, a sua diversidade cultural nos torna um país multifacetado, influencia, seja, diretamente ou indiretamente para a sustentação das desigualdades sociais, como índice elevado de preconceito e discriminação na sociedade, em que nem todos se interessam em ter acesso ao diverso, gerando uma extensa convergência entre as culturas existentes no país.



Os afrodescendentes, que são grande parte da população, sofrem historicamente com esse confronto cultural. Mesmo fazendo parte da chamada diversidade brasileira, convivem com uma injusta limitação de expressão por serem principal alvo de preconceito. A diversidade da cultura brasileira não favorece às vivências em sociedades, pois categoricamente cada grupo apresenta características peculiares, o que enfatiza discordância entre os indivíduos, promovendo o retrocesso de convivência em sociedade.

Portanto, com as afirmações das políticas de promoção da igualdade racial no Brasil, o que já é comemorado o crescente números do público negros nas universidades e a inserção do alunado negro em todos os níveis de ensino. Nesse sentido, entende-se que a educação é o caminho para a libertação de preconceito e discriminação étnico e socioeconômico, podendo portando haver futuramente uma elevação do respeito às diferenças, e desfrutar as culturas com dignidade preservada. As riquezas culturais sejam fortemente demonstradas como fortalecimento da igualdade de direitos e aceitação que permeia a sociedade. Assim alcançará o objetivo de resolver essas divergências sociais, a singularidade de cada grupo seja aceita para extinguir o desencadeamento destas complexas relações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Edson, D” ADESKY, Jacques, MEDEIROS, Carlos Alberto. **Racismo, preconceito e intolerância**. São Paulo: Atual, 2002.

BRANT, Leonardo (Org.). **Diversidade cultural, globalização e culturas locais: dimensões, efeitos e perspectivas**. São Paulo: Pensarte, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares nacionais da educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.r/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-S-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2016.

_____. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”**. Disponível em:



Revista

Em Favor de Igualdade Racial

ISSN: 2595-4911

v. 2, n. 1, (Ago - Jan) 2019

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.639.htm>. Acesso em: 08 de setembro 2016.

_____. Secretária da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e Anti-Racismo na Educação: Repensando nossa Escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **A didática e as tendências pedagógicas**. São Paulo: IDEAS, 1994.

LIMA, Ivan Costa; ROMÃO, Jeruse e SILVEIRA, Sônia Maria (Orgs.). **Os negros e a escola brasileira**. Florianópolis, nº 6, Núcleo de Estudos Neros/NEN, 1999, (Série Pensamento Negro em Educação).

MORAIS, Regis de. **Cultura Brasileira e Educação**. Campinas: Papyrus, 2002.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

ORTIZ, Gisele. Só não enxerga quem não quer: racismo e preconceito na educação infantil. **Revista Avisala**, nº 23, nov. 2005.